



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1732/13	DATA: 22/10/2013
INÍCIO: 11h40min	TÉRMINO: 12h54min	DURAÇÃO: 01h14min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h14min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 15

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA – Secretária de Estado da Justiça e de Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.
EVERALDO OLIVEIRA ROCHA – Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA.
JULIANA FELICIDADE ARMEDE – Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo.

SUMÁRIO: Oitiva com membros da Secretaria da Justiça e de Defesa da Cidadania de São Paulo a respeito de ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado.

OBSERVAÇÕES

Audiência pública realizada na sede da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Há expressões ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a reunião com a Sra. Eloísa de Sousa Arruda, Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado de São Paulo, presentes a Deputada Liliam Sá, Relatora da Comissão, e a Deputada Keiko Ota, membro da Comissão, autora do requerimento que possibilitou a vinda da CPI ao Estado de São Paulo.

Nós gostaríamos de agradecer a gentileza. Ontem tivemos uma audiência pública. Tivemos uma reunião com o Poder Judiciário, na qual escutamos por volta de 20 pessoas. Hoje pela manhã estivemos com o Prefeito — além do Prefeito, com a Secretária de Política das Mulheres, de Direitos Humanos, de Segurança e de Relações Federativas da Prefeitura do Município de São Paulo — com o objetivo de discutir quais são os investimentos, o orçamento, enfim, quais são as políticas públicas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Gostaríamos de saber se há um plano de enfrentamento, se nesse plano de enfrentamento há uma intersetorialidade e quais são as ações do Estado na perspectiva de fortalecimento dos equipamentos públicos, da política de enfrentamento, que não envolve apenas o nível de responsabilização.

Achamos que é absolutamente fundamental desconstruir um sentimento de impunidade que naturalize a exploração, o que dá muito medo às pessoas, porque elas já não apostam no Estado Democrático de Direito quando há impunidade. E nós sabemos que a impunidade se desconstrói com o diálogo das várias esferas de atuação do Estado, e um deles é o Poder Executivo, através das polícias.

Nós, ontem, tivemos a oportunidade de saber da experiência de São Paulo, que me parece é inédita no Brasil pelo que conhecemos, de uma delegacia de enfrentamento da pedofilia, mas a delegacia tem dois delegados apenas, só funciona em período de expediente. Há uma dificuldade, portanto, de atender, com esse olhar especializado, as crianças e adolescentes vítimas de violência.

Também tivemos a notícia de que não há uma delegacia de proteção às crianças vítimas de qualquer tipo, qualquer sorte de violação; há apenas uma delegacia de combate à pedofilia porque as crianças vítimas de violência são tratadas ou são atendidas na Delegacia da Mulher. São leituras diferenciadas; são leituras bem diferenciadas.



Estamos falando de segmentos vulnerabilizados porque vivemos numa sociedade sexista, machista. Portanto, a violência contra a mulher é construída por esse sexismo e por uma sociedade adultocêntrica, que nega a condição de sujeito às crianças e, particularmente, de sujeito de direito. São leituras diferenciadas que exigem atendimentos diferenciados. Então, nos preocupa a inexistência de equipamentos, de equipamentos de segurança.

Eu estou lhe dizendo isso sabendo que a senhora é Secretária de Justiça, mas nos foi dito que estaria representando o Governador, ou estaria falando em nome do Governador. Por isso tenho a liberdade de falar sobre outra política pública, que é a política de segurança, que dialoga com a política de justiça, sem nenhuma dúvida, de direitos humanos. Então, veja, é preciso ter uma outra estrutura.

Nós tivemos a informação de que os laudos, no que diz respeito ao IML, demoram por volta de 30 dias para chegar. É muito tempo; é muito tempo para que se possa dar prosseguimento porque a celeridade evita a revitimização. Quando se tem morosidade no atendimento, há uma revitimização dessa criança.

Portanto, a estrutura da Secretaria de Segurança nos interessa porque, de um bom inquérito depende uma boa sentença, inclusive sentenças condenatórias. Elas têm origem na sua qualidade, na qualidade da atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário a partir da atuação das polícias.

Nós queremos também discutir... Nós temos aqui em São Paulo uma experiência, que é o Pérola Byington, que é uma boa experiência de hospital, mas é preciso ver como a rede estadual de saúde está dando resposta a essas crianças e adolescentes, até porque nós temos uma preocupação com o atendimento. O atendimento é fundamental para a interrupção da trajetória de exploração, e o atendimento envolve uma série de políticas — política de capacitação; política de emprego; política, quando é o caso, de adolescentes; políticas de atendimento na área de saúde, seja atendimento de saúde mental para eliminar sofrimento psíquico; enfim, para que essas pessoas possam resignificar as suas vidas.

Então, trazemos essas preocupações. Preocupação também com a Copa, com o diálogo que está havendo com a Prefeitura. É com a Prefeitura porque, se vamos trabalhar um sistema, nós temos que trabalhar um sistema que envolva o Estado, o Município, a Federação; a União, o Estado e o Município, para



trabalharmos como um sistema de defesa de direitos. Ao mesmo tempo, é preciso trabalhar com programas ou planos que envolvam a prevenção, que envolvam a promoção, a proteção e a reparação do direito violado.

Portanto, nós gostaríamos de saber que políticas existem, que equipamentos existem; qual é a perspectiva de o Governo estar reforçando a área de segurança com esse olhar específico, as polícias especializadas, e qual é o orçamento, para que nós possamos ter clareza se a prioridade absoluta está sendo assegurada.

A única prioridade absoluta constitucional é a da criança e do adolescente no orçamento. Se não tem no orçamento, é difícil que nós tenhamos a política. Então, nós precisamos fazer o levantamento — se a senhora não o tiver neste momento, pode nos remeter *a posteriori* — de qual é o orçamento para crianças e adolescentes, com recorte em exploração sexual; qual foi a execução orçamentária, porque não nos basta apenas ter o orçamento, ele tem que se transformar em políticas concretas; e qual é o nível de atendimento, ou seja, quantas pessoas vítimas de exploração sexual, de violência sexual, crianças e adolescentes, foram atendidas na rede, quantas estão em atendimento, enfim, qual o nível de atendimento.

Nós sabemos que parte das políticas são municipais. O Município é o que mais organiza e concretiza as políticas, com os conselhos tutelares, que são instrumentos importantes, ou os próprios SUAS, que têm sua concretização no Município, mas o Estado tem uma participação nesse processo, inclusive na educação, no que diz respeito ao ensino médio, ou seja, nas políticas de prevenção.

Seriam esses questionamentos que eu faria, e vou passar para a Relatora. Nós sabemos que existem pelo menos três pontos identificados como pontos de exploração, de vulnerabilidade, ou seja, as margens da obra de Itaquerá, no estádio; o Terminal de Cargas de Santa Maria; e o CEAGESP. Foi falado ainda do Largo do Arouche, onde há muita exploração sexual de meninos, pessoas do gênero masculino ou do sexo masculino.

Outra preocupação que nós temos é que há denúncias de que São Paulo estaria recebendo meninos de vários locais do Brasil, e que esses meninos passariam por um processo de transexualização, ou seja, a aquisição de próteses,



de hormonoterapia, para serem transportados, em situação de tráfico, para o exterior.

Nossa outra preocupação, no que diz respeito à política de segurança, é com as crianças e os adolescentes que aqui chegam. Nós já falamos isso para a Polícia Federal. Ou seja, chegam e não há uma investigação, porque o Brasil pode estar acolhendo crianças e adolescentes em situação de exploração sexual e em situação de tráfico.

Portanto, o orçamento e a sua execução; os equipamentos públicos, particularmente na política de segurança e saúde e de educação no ensino médio; as políticas acerca da fiscalização desses adolescentes que estão vindo de outros locais do Brasil, e também a entrada no País, por São Paulo, de crianças e adolescentes em situação de tráfico sem uma fiscalização adequada. Sabemos que a Polícia Federal é responsável por isso, e já foi encaminhada essa discussão para a Polícia Rodoviária Federal.

Seriam esses os meus questionamentos. Passo para a Deputada Liliam Sá, que é Relatora e, em seguida, para a Deputada Keiko Ota.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bom dia, Dra. Eloísa.

Ontem eu estive em reunião no Tribunal de Justiça, e foram feitas algumas considerações em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes aqui no Estado de São Paulo. Como disse a Deputada Erika Kokay, os pontos mais críticos são esses do CEAGESP, do Itaquerão, que são as grandes obras em torno do Estádio do Corinthians, e também do Largo do Arouche, como foi falado hoje com o Prefeito.

Eles fizeram algumas considerações. O Dr. Paulo Fadigas, o Juiz da Infância, fez uma denúncia muito séria, ontem, em relação a meninas que estão entrando no País através do aeroporto internacional. Elas vêm do Congo e da Somália. Esse voo passaria pelo Sudão e, depois, traria essas meninas para situação de exploração sexual. Ele agora está cuidando de umas quatro meninas. Essas meninas estão em uma casa de passagem para mulheres refugiadas. Tem a questão do Haiti também, que são crianças que estão entrando e que não têm certidão de nascimento e estão vindo para São Paulo.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Passaporte.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sem passaporte, não têm documentação.

Então, essa denúncia é seríssima porque, se existe uma falha, essa falha tem que ser corrigida.

Nós falamos ontem com o delegado representante da Polícia Federal e queremos falar com o Superintendente Regional, fazer uma reunião, para que esses fatos sejam esclarecidos.

Quanto ao tráfico de pessoas, a mesma coisa está acontecendo com meninos que vêm do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte para a exploração sexual, que são usados como travestis e, depois, vão para essa rede internacional de exploração sexual, que fica em Paris e na Itália. E ele disse que até já falou com o Ministro das Relações Exteriores, e o juiz italiano esteve no Brasil para ver essa situação. Isso foi abordado pelo Dr. Paulo Fadigas.

Essa é uma questão gravíssima porque, como ele falou, não há uma fiscalização para crianças e adolescentes que entram no País; essa fiscalização tem que ser feita no país de origem. Mas se lá eles estão embarcando, de uma forma criminosa, quando elas entram, têm a facilidade de entrar no País sem que haja uma acareação — *“Ah! Você está vindo de onde? Você está com quem?”*

Eu até citei que, quando vou para a Argentina com meu filho, quando chego ao aeroporto, passo por uma inspeção aqui da Polícia Federal, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro; chego lá, eles fazem a mesma coisa. Aqui isso não está sendo feito. No Brasil, isso não está sendo feito. Essa é uma questão até para a gente levar para a CPI para uma discussão maior. Então, há essa falha.

Então, existe essa máfia, que ele disse que está sendo bancada com o dinheiro de uma máfia russa. É uma coisa para ser investigada, não é?

A Dra. Maria de Lourdes Rachid — a senhora deve conhecer, é muito comprometida — fez uma comissão especial sobre tráfico de pessoas, e ela está pedindo ao Governador uma casa de passagem, tanto ao Governo Municipal como ao Estadual, para tratar dessas pessoas que não podem ficar junto com as mulheres que são agredidas pelos maridos, que sofrem violência doméstica, porque são outras pessoas...

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Atendimento diferenciado.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É um atendimento diferenciado, porque são pessoas que vêm com uma outra cultura, com uma outra bagagem.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Precisam de proteção.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E precisam de proteção, porque muitas são ameaçadas de morte quando saem da prostituição.

Então, esse é o pedido, são as considerações.

Eu sugeri hoje ao Prefeito, junto com as Deputadas, que fizéssemos uma força-tarefa nesses locais onde há exploração sexual. Força-tarefa funcionou no Rio de Janeiro, que é juntar o Judiciário, Conselhos Tutelares, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, e combater a exploração sexual, entrar com políticas públicas naquele local; fazer a triagem e fazer também a prevenção, que são campanhas — campanhas que nós temos visto que o Nordeste fez em relação aos caminhoneiros, em relação aos postos de gasolina, na periferia, não é, que é onde fica a exploração sexual de crianças e adolescentes.

São essas considerações que nós queremos passar enquanto CPI, e queremos ouvi-la para que possamos, juntos, traçar um plano de combate à exploração sexual no Estado de São Paulo.

Muito obrigada.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Dra. Eloísa, muito obrigada por nos receber.

Eu queria só fazer duas perguntinhas aqui. Quero perguntar como funciona o CONDECA e, também, se há um estudo ligado ao tráfico de pessoas com a exploração sexual.

Obrigada.

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer pela presença às Deputadas aqui. A Deputada Keiko Ota, especialmente, é muito parceira nas ações de cidadania da Secretaria da Justiça. Então, eu sempre faço esse agradecimento em público, porque graças à atuação da Deputada Keiko Ota e o seu comprometimento, a Secretaria da Justiça tem podido implantar Centros de Referência e Apoio à Vítima de crimes em outros locais do Estado de São Paulo, não só na Capital.



Então, eu gostaria de consignar esse agradecimento, Deputada, porque a sua atuação comprometida com a causa da cidadania, especialmente a violência contra crianças, tem rendido bons frutos. Meus sinceros agradecimentos.

Em relação a outras questões que me foram postas, como a questão orçamentária, não houve uma solicitação nesse sentido, senão eu poderia já ter apresentado esse orçamento. Mas deixo aqui o nosso compromisso de buscar, em cada uma das Secretarias de Estado, o orçamento que tem sido destinado a ações específicas de proteção à criança e ao adolescente e, especialmente, à questão do enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Na questão da segurança, realmente, nós não temos uma delegacia específica que enfrente a questão do abuso sexual; temos da pedofilia. Se nós imaginamos que temos, em São Paulo, 645 Municípios, todos esses Municípios têm, sim, o dever de apurar as infrações penais que lhes cheguem em relação a abuso sexual contra crianças.

O que nós temos hoje — e o que eu considero que é um projeto especial e que tem dado excelentes frutos — é a atuação, no Pérola Byington, do projeto se chama Projeto Bem Me Quer...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bem Me Quer.

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - ... que está sendo expandido para outros Municípios do Estado de São Paulo.

Esse é um projeto multidisciplinar. A criança, em situação de abuso sexual, é recebida e, imediatamente, submetida a uma perícia médico-legal para constatação de conjunção carnal, ou outros atos libidinosos diversos da conjunção carnal, caracterizando, portanto, o crime sexual, e é imediatamente apresentada a audiência com uma psicóloga ou um psicólogo e um assistente social.

Então, todos os encaminhamentos são feitos, naquele momento inicial. Por vezes até é possível que a criança seja encaminhada para uma situação de abrigo, porque não são raras as vezes em que o abuso sexual é praticado por ente da família. Aliás, esses são os casos mais comuns; é o pai, o padrasto, é o irmão mais velho, é o primo. Então, pode ser que a criança precise ser retirada do lar, do domicílio. E há a possibilidade então de encaminhamento para abrigo dessa criança.



A nossa perspectiva... Já temos a expansão desse programa, mas a perspectiva é que ele se expanda para as principais regiões administrativas do Estado, para que nós tenhamos, então, uma rede de acolhimento e proteção muito maior em relação a esse programa Bem Me Quer, que envolve não só questões de saúde, mas também de segurança pública, do próprio Judiciário, do Ministério Público, tendo em vista que os laudos ali buscados, depois, podem ser encaminhados às perícias.

Há uma coisa muitíssimo especial, nesse equipamento do Estado de São Paulo, que é a coleta do banco de DNA. Toda criança submetida a uma situação de violência sexual, se é encontrado material na região vaginal ou na região anal da criança, esse material é submetido a uma perícia para constatação de DNA. Nós falamos que é o laudo de comparação. Então, em todos os postos onde há esse atendimento, esse banco de DNA existe, o que facilita muitíssimo a atuação do Judiciário, posteriormente, para fazer o laudo de conjunção carnal com o DNA. Então, isso na questão da saúde.

Na questão da educação, no aspecto da educação, além dos programas orientativos, em relação ao ensinamento da questão sexual nas escolas — e isso já faz parte do programa nacional, não é? —, nós ainda temos programa específico para constatação de adolescentes em situação de risco, que podem dar, por vezes, um pequeno sinal. O sinal pode ser a agressividade. Esse programa está implantado em toda a rede do Estado de São Paulo, e envolve especificamente o que nós chamamos de professores mediadores.

A situação de conflito de uma criança pode ter por trás uma situação de abuso sexual. Uma criança muito agressiva, que bate nos colegas, pode ter por trás uma situação de abuso sexual. Então, não são poucas as situações em que esses professores mediadores, entrando em atuação, constatam uma situação de abuso que acontece dentro do lar.

Esse é um programa que tem dado excelentes frutos — depois eu posso encaminhar à CPI os resultados desse projeto.

Nós já fizemos dois grandes seminários, um o ano passado e o outro acabou de acontecer, envolvendo professores de escola pública de todo o Estado de São Paulo. O seminário aconteceu em tempo real e foi transmitido para todas as nossas



delegacias de ensino por meio do método do ensino à distância, e as questões relativas ao abuso sexual de criança também foram debatidas. É uma questão bastante importante.

No âmbito da Secretaria da Justiça, o modo de prevenir, acolher e dar resposta à questão do abuso sexual de crianças e adolescentes se faz, basicamente, por meio de alguns programas. O primeiro deles é o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas — depois, se as Deputadas me permitirem, eu gostaria de dar a palavra à nossa coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Juliana Armede. Por quê? Porque, tratando de tráfico de pessoas, nós sabemos que grande parte das vítimas traficadas são traficadas para o fim de exploração sexual. E aí vem a questão posta pelas Deputadas em relação aos meninos e meninas que vêm, especificamente dos Estados do Nordeste, e aqui são submetidas à exploração sexual.

Todos os casos de que nós temos conhecimento nós acolhemos aqui na Secretaria da Justiça, dentro deste prédio, até que essa criança possa retornar ao seu Estado de origem, porque local de criança é junto à família. Isso é o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Essa nossa atividade se desenvolve de que modo? A vítima resgatada vem para a Secretaria da Justiça. Nós ainda não temos, mas está em andamento o projeto da nossa casa de passagem, sobre o que eu falarei no próximo momento. Nós nem sempre temos os abrigos municipais disponíveis, até porque não vamos deixar as nossas crianças vítimas de tráfico nos abrigos municipais, que não são adequados para isso. Nem sempre faremos isso. Então, houve situações em que a Secretaria da Justiça, com seu orçamento, precisou pagar um hotel, colocando agentes de segurança na porta do hotel para fazer a segurança das crianças até que elas pudessem ser mandadas para o seu Estado de origem.

Eu acho muito importante o trabalho desta CPI, porque, se nós recebemos essas crianças aqui em São Paulo, elas saem dos seus Estados de origem de uma forma não controlada, e nós temos como dizer quais são os Estados que estão encaminhando para São Paulo crianças para serem prostituídas. Nós temos. Recebemos vítimas aqui do Amazonas, especificamente de Manaus; Belém do Pará



e Ceará, Estado do Ceará. Então, nos últimos 3 anos, essas foram as principais origens das vítimas que aqui chegaram.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas crianças e adolescentes vocês receberam? Você tem esse levantamento?

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Nós temos esse levantamento e faço questão de passá-lo depois, por meio do Núcleo. A Juliana vai passar. Ela até pode falar a respeito disso.

Eu acho que é muito importante que a CPI esteja atenta a como é que essas crianças entram num ônibus — porque elas não vêm de avião; elas vêm de ônibus —; como é que elas entram num ônibus na rodoviária de Manaus e vêm para São Paulo? Como é que elas chegam aqui?

Chegando aqui, por vezes... Em um dos resgates que nós fizemos, no ano de 2011, a idade das crianças oscilava entre 9 e 17 anos. Só em um resgate, foram sete vítimas; crianças já submetidas à amputação, cirurgia de mudança de sexo — eram todos meninos que haviam virado meninas — e implante mamário, silicone.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) – (*Fora do microfone.*) Mas não se sabe quem foi a rede que levou (*ininteligível.*)

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - O inquérito policial foi instaurado, porque temos delegacia específica que trata dessas questões aqui no Estado de São Paulo. Eu vou pedir para a Juliana falar um pouquinho a respeito disso também. A pessoa, a dona do estabelecimento, foi presa. As vítimas, crianças, foram resgatadas; as outras travestis tiveram a possibilidade de também serem resgatadas. Algumas não quiseram, e como a prostituição não é crime no Brasil, elas tinham a liberdade. Algumas delas não se consideravam em situação de trabalho escravo, então, tiveram aí o destino que quiseram.

Mas, então, eu acho que é algo que nós devemos chamar... Já que vamos falar numa CPI, é exatamente o controle da saída dessas crianças nas rodoviárias dos seus Estados de origem e a ação da Polícia Federal — porque a Deputada nos fala de entrada de meninas do norte da África pelo Aeroporto de Guarulhos —, meninos do Nordeste que vêm para a exploração sexual. Nós temos Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal também, com as quais nós articulamos, por meio do Núcleo, para que façam esse controle.



Houve uma reunião grande na semana passada, com a participação da nossa representante do Núcleo em Brasília, onde essas questões foram discutidas. Não é isso Juliana? E sobre o que nós gostaríamos de falar.

Em relação à casa de passagem, nós fazemos parte da comissão que foi formada no Tribunal de Justiça de São Paulo, sob a coordenação da Desembargadora Maria de Lourdes Rachid. Apresentamos lá todas as nossas propostas e todos os nossos projetos aqui da Secretaria da Justiça, e uma das demandas é exatamente a criação dessa casa de passagem. O prédio não é algo difícil de conseguir. O difícil de conseguir — e eu conversava sobre isso, outro dia, com o Secretário de Assistência Social, na verdade, Desenvolvimento Social, o Secretário Rogério Hamam —, por vezes, é a parte do que nós chamamos de hotelaria, porque nós não temos um serviço permanente. Por vezes, nós temos sete vítimas; daqui a pouco, nós temos três. Então, a nossa proposta é que uma organização não governamental faça a parte de hotelaria nessa casa de passagem. Isso está em estudo, estudo sério, e eu acho que, em breve, nós teremos essa casa de passagem implantada.

Bom, então, eu falei do tráfico de pessoas.

Nós temos um outro programa na Secretaria da Justiça que dá conta da proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte. Muitas dessas, não a maioria... A maioria são crianças que nós chamamos de aviãozinho do tráfico, que se tornaram vítimas de ameaças de morte, mas nós temos algumas que eram vítimas de abuso sexual e, pelo fato de denunciarem, começaram a ser ameaçadas de morte. Esse programa nós chamamos de PPCAAM; é o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É federal?

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - É federal. Quer dizer é um programa em que contamos com recursos federais e do Estado, e quem implementa esse programa, no Estado de São Paulo, é a Secretaria da Justiça.

Então, o PPCAAM também...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com a contrapartida de cada unidade da Federação, mas esse programa é federal, PPCAAM, não é?



A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Isso. É isso; temos, então, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes.

Ligado à Secretaria da Justiça, nós temos o CONDECA, o Conselho da Criança e do Adolescente. Este Conselho tem um fundo, alimentado pelas doações que qualquer cidadão pode fazer como forma de abatimento no Imposto de Renda e que as empresas também podem fazer. Ele é alimentado. Esse programa e esse fundo trabalham com a apresentação de projetos.

O Presidente do CONDECA neste momento é o Everaldo, que poderá falar um pouco sobre isso. Nesta gestão, que teve início agora, serão enfrentadas duas linhas especiais de atuação: a primeira delas é a exploração sexual de crianças; a segunda, o abuso do álcool e outras drogas — nós temos um problema gravíssimo com o *crack*, um problema nacional; o Brasil hoje é o maior consumidor de *crack* no mundo. Então, o CONDECA, nesta gestão do Everaldo, vai trabalhar especificamente com esses dois temas.

Quanto à situação das crianças abusadas sexualmente, exploradas sexualmente, na região do CEASA, os primeiros contatos já foram feitos. Há uma organização não governamental que atua lá, que já tem uma *expertise* até do conhecimento de quem são essas crianças e suas famílias, e nós estamos, então, estabelecendo uma parceria. Também temos um contato muito próximo com o Judiciário, com o Desembargador Antonio Carlos Malheiros, o responsável pelo Núcleo de Crianças e Adolescentes no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que também tem um conhecimento muito grande da questão lá do CEASA. E nós faremos a atuação conjunta por meio do CONDECA.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele está preocupado com o Arouche.

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Isso, com o Largo do Arouche. É claro que, sem dúvida alguma, o número no Arouche é muito menor e envolve, principalmente, travestis. E eu quero deixar bem claro: se nós falamos em travestis crianças e adolescentes, são vindos de outros Estados da Federação.

Então, eu reforço a necessidade e peço encarecidamente à CPI que esteja atenta ao compromisso de cada Estado no sentido de fiscalizar a saída de crianças e adolescentes, porque, sem dúvida alguma, chegando a São Paulo, até que nós



encontremos, nas casas de prostituição, essa criança ou adolescente, isso nem sempre é uma tarefa fácil. O bom seria que as atuações acontecessem em cada Estado.

E também, no caso de crianças que entram em São Paulo de outros países, eu digo que de outros países os relatos são poucos. Elas podem até entrar para o fim de trabalho escravo, mas não é este o nosso perfil de vítima de trabalho escravo; o nosso perfil não é de criança...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - É. Agora, vindo de outros países, aqui fica também a nossa preocupação com a atuação da Polícia Federal, porque São Paulo não faz fronteira com países, nem no leste, nem no oeste. Nós pedimos, então, uma atenção também grande da Polícia Federal em relação a essas entradas até por meio do Aeroporto de Guarulhos.

Nós temos, vamos dizer assim, uma atuação muito grande com uma organização que atua acolhendo pessoas no Aeroporto de Guarulhos. Claro que, se for uma situação de tráfico, o nosso objetivo é resgatar essas pessoas. Aqui, na Secretaria da Justiça, está o Comitê de Refugiados. Os nossos refugiados, os que chegam aqui à Secretaria da Justiça, no mais das vezes, entram por meio da Cáritas, que fica aqui na rua de trás. A Cáritas é uma entidade da Igreja Católica que cuida da questão do refúgio. Então, nós auxiliamos no que for possível. Mas nós não temos relatos de crianças que entrem pela Cáritas, refugiados, e que estejam sendo submetidas à situação de exploração sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou pedir licença porque eu vou ter que sair. Peço à Deputada Keiko que fique no meu lugar. E aí V.Exas., depois, representando a CPI, passam os outros dados. Eu vou ter que embarcar.
(Pausa.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Eloísa, ele falou que essas meninas estão entrando em situação para exploração sexual. Seria bom depois chamar o Dr. Paulo Fadigas para averiguar essa denúncia. Ele pode dar maiores explicações...

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - E será que ele já encaminhou essa denúncia para as autoridades competentes? Porque, para nós, ele não encaminhou.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Já. Ele falou que já. Disse até que já esteve no Ministério das Relações Exteriores e tudo, mas que até agora não tinha tido resultado. Então seria bom ouvi-lo também.

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Então, eu acho que vou passar para o Everaldo...

O SR. EVERALDO OLIVEIRA ROCHA - Bom dia, Deputadas.

A atuação que a gente vai desempenhar no CONDECA agora, após a eleição que aconteceu há 20 dias, tem o eixo que a Dra. Eloísa colocou, o eixo da drogadicidade, com foco no álcool.

Ontem, a gente viu, na apresentação da Mesa, o trabalho do Deputado Macris, que já disse que tem um trabalho publicado e que entregou à Deputada sobre o álcool, que é a porta de entrada, e a questão da exploração sexual.

O CONDECA tem uma atuação estadual. Porém, existe uma demanda, que o Desembargador Malheiros também comentou ontem, uma coisa gritante na cidade de São Paulo, que chama muito a atenção, na região do CEAGESP. E, através dessa organização não governamental, uma entidade chamada ACAIA, a gente vai fazer uma proposta de atuação nesse território para tentar sanar esse problema.

No eixo das drogas, no Estado de São Paulo, a nossa proposta é fazer uma parceria com outras entidades não governamentais para o acolhimento e o tratamento dessas crianças e adolescentes, capilarizando o território para esse tipo de demanda. Hoje, o Estado já tem algumas ações desse cunho ancoradas no Cartão Recomeço. Porém, os equipamentos não podem ser os mesmos para crianças e adolescentes. Então, a gente vai ter que fazer uma tratativa diferenciada. Essa é uma proposta e, provavelmente, vai ser o cunho central das ações do CONDECA na próxima gestão.

O CONDECA vai abrir agora, em 2014, um novo edital de credenciamento para que as entidades apresentem os seus projetos para utilização do fundo, mas o edital já vai ser ancorado nessas linhas de atuação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual o valor que vocês têm do fundo? Porque o da Prefeitura está em 170 milhões...

O SR. EVERALDO OLIVEIRA ROCHA - Sim.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ... que eles podem usar. Ainda fizeram uma consideração para que a gente mudasse a interpretação de como usar o fundo...

O SR. EVERALDO OLIVEIRA ROCHA - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em quanto está?

O SR. EVERALDO OLIVEIRA ROCHA - Hoje, o fundo tem 22 milhões disponíveis. O Vice-Presidente, que ontem fez algumas considerações a pedido da Mesa, o Vitor Pegler, tem uma experiência muito boa na gestão do fundo municipal, porque esse fundo chegou a 170 milhões na gestão dele. Ele trabalhou 8 anos dentro do CMDCA de São Paulo e como Presidente do FUMCAD, o fundo da municipalidade.

Em nossas primeiras reuniões junto ao Conselho, já estamos apresentando algumas proposições para conseguir capitalizar mais recursos, utilizando um pouco da experiência que ele teve para melhorar os projetos.

Já temos uma leitura de que, à primeira instância, o valor de 22 milhões será suficiente para ancorar os primeiros projetos que serão apresentados.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso é muito importante.

Ontem também, o Dr. Malheiros relatou a sua preocupação com as cracolândias. Disse que São Paulo tem 70 pontos. São mais de duas mil pessoas na questão das crianças que estão grávidas.

Qual a visão que vocês têm em relação a essas meninas que estão grávidas e usuárias de *crack*?

O SR. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Em relação à atuação nas cracolândias, o Estado de São Paulo resolveu tomar para si uma parte da abordagem, por meio de mais de uma organização não governamental, e uma delas é a Missão Belém.

Então, nós fazemos a abordagem dessas pessoas na tentativa de resgatá-las para tratamento. Quando se trata de uma criança, a primeira medida é comunicar ao Conselho Tutelar, porque ela não pode ficar na rua usando *crack*, quanto mais grávida. Se houver necessidade, e já houve, de nós resgatarmos e acolhermos, nós temos hospital específico para recepção de dependentes químicas grávidas. É um hospital específico, o Leonor Mendes de Barros, que atende mulheres — crianças,



adolescentes e adultas — grávidas e dependentes químicas. É um hospital específico para essa finalidade aqui em São Paulo.

A tarefa de abordagem é acima de tudo do Município, mas São Paulo, como considera essa tarefa muito importante, terminou conveniando com algumas instituições para fazer essa abordagem.

Nós implantamos, no Bom Retiro, um local que se chama CRATOD, um centro de referência e apoio ao tratamento do álcool e outras drogas, e ali foi uma grande porta de entrada de mães levando seus filhos dependentes químicos, algumas mulheres levando filhas grávidas e outras situações, como "*a minha filha está embaixo do viaduto, grávida de 7 meses, e não quer sair*", e nós precisamos ir lá resgatar.

O CRATOD tem funcionado de uma forma muitíssimo eficiente nessa tarefa, acima de tudo, de acolher as famílias. É a família que leva o seu filho ou a sua filha dependente química, e, a partir dali, nós damos os encaminhamentos, que podem ser o quê? A internação; a internação médica, hospitalar, como acontece normalmente com as grávidas, porque se elas estão ali, no sétimo mês de gravidez, usando *crack*, e isso é um caso de internação hospitalar; no mínimo, para estabilização da síndrome de abstinência, para que depois elas possam ser tratadas como grávidas. Então, nós temos mães que vão levando seus filhos, que levam seus filhos, ou para a internação hospitalar, ou para outras formas de encaminhamento. Pode ser para uma comunidade terapêutica ou outro tipo de entidade assistencial para o tratamento.

É deste modo então...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Elas vão para o CRAS?

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Como?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Elas passam pelo CRAS, pelo Município ou não?

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - A porta de entrada, se ela é feita pelo CRATOD, a primeira coisa que essa pessoa faz... A primeira coisa que acontece é que essa pessoa seja submetida a uma avaliação médica. Pode ser que dali a pessoa já seja encaminhada para o CRAS, encaminhada imediatamente para os CAPS-AD.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Os CAPS também? CAPS-AD?

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - CAPS-AD. Se não for um caso de internação a ser acompanhado pelo CAPS, nós mandamos para o CAPS da região. Nós não queremos desmontar a rede já existente.

Agora, no mais das vezes, quando as mães chegam lá, elas estão levando seus filhos numa situação extremamente dramática, extremamente dramática. A criança, ou o adolescente, ou o adulto, precisa de uma fase de internação hospitalar que pode ser de 3 dias, uma semana. Isto é o médico que vai avaliar. Mas nós atuamos sim; atuamos em parceria com o Município fazendo esses atendimentos. Quando é um caso só de encaminhamento para os CAPS, nós fazemos. Quando o dependente químico tratado sai, ele também é encaminhado para o CAPS da sua região.

Então, nós não vemos como atuar no enfrentamento a essa questão da drogadição que não seja em parceria com o Município.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É muito complicado, não é?

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Muito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E é uma realidade que nós estamos vivendo em todo o Brasil.

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Em todo o Brasil. Até nos pequenos Municípios.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E eu fico pensando nessas crianças que nascem.

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Sem dúvida alguma.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E para onde elas vão. Elas são encaminhadas? Vocês fazem ali algo para adoção?

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Sim, mas nem sempre. Depende.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Porque há muitas que não querem ficar com os filhos.

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Depende. Para as crianças que nascem, a primeira possibilidade é de mantê-las com a mãe. É a primeira possibilidade. Dificilmente nós conseguimos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É. Elas não querem ficar.



A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Por quê? Pode ser até que elas fiquem, naquela fase de ter o bebê, numa fase de estabilização, quando elas não usam o *crack*. Mas nós não temos a segurança de que ela não vai voltar para as ruas. Então, o que é que nós procuramos fazer sempre? Buscar os laços que esta grávida, esta parturiente tem. Ela tem mãe? Ela tem pai? Então, tentamos, num primeiro momento, entregar para a família. Mas já tivemos casos de ser a sétima gravidez, não sabendo ela quem era o pai: *“Eu não sei quem é o pai. Eu me vendi por 10 reais, porque eu precisava do crack”*.

Então, se a avó não quer, se o avô não quer, aí nós fazemos todo o procedimento judicial, para que essa criança seja colocada em situação de perda de pátrio poder, e encaminhada para adoção, mas sempre tentando privilegiar o laço familiar: se temos uma avó, uma tia que pode assumir a responsabilidade...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas a maioria delas não quer ficar com a criança, não é? Não têm condições ou então...

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - É, porque elas não têm laço afetivo com a criança.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, não têm nada.

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Às vezes têm. Às vezes elas criam laço afetivo com a criança, mas é difícil, porque elas não sabem nem quem é o pai da criança.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É difícil.

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Agora a Juliana poderia falar um pouquinho sobre o tráfico.

(Pausa.)

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Bom dia. Quero agradecer a presença. O assunto é de extrema importância, e nós buscamos cuidar dele de uma forma não apenas legalista mas humanizada, porque a questão da exploração sexual no tráfico, falando de mulheres e de meninas, é infelizmente uma realidade muito sedimentada. Eu vou tentar explicar a dinâmica do Núcleo e como nos contatamos outras instâncias.

O Núcleo é um órgão de articulação. Nós temos uma equipe que visa a pergunta da Deputada no sentido da existência de uma pesquisa sobre tráfico. Até



2011, na Secretaria da Justiça, nós não havíamos sedimentado os dados e procedimentos que pudessem não só identificar a realidade, mas monitorar os casos. Saber o que toda essa rede de proteção está buscando desenvolver para cuidar daquela vítima explorada. Hoje, nós conseguimos.

Então, nós temos dados recebidos — depois podemos repassar para vocês —, tanto de casos que nos chegam — mais recentemente, por exemplo, tivemos um caso de duas adolescentes travestis que literalmente bateram à porta da Secretaria da Justiça pedindo ajuda, literalmente bateram à porta — como existem de outros tantos casos que vêm das parcerias que nós desenvolvemos, seja com outras Secretarias de Estado, seja dos diálogos que nós mantemos com os Municípios, seja até o próprio CONDECA. Nós participamos de capacitações que foram desenvolvidas este ano com os conselhos tutelares, em diferentes regiões do Estado. Por quê? Porque desta forma replicamos informação, buscamos desenvolver o conhecimento naquelas instâncias que estão ali na porta de entrada, na ponta, cuidando da atenção da criança e que, eventualmente, são fontes de informação e de encaminhamento de casos.

Nós temos parcerias, por exemplo, com o Ministério dentro dos chamados comitês, tanto do Estado como nos comitês regionais. Nós temos 15 comitês regionais no Estado de São Paulo, e eu já falo um pouquinho deles. Mas é dentro deles que desenvolvemos parcerias, por exemplo, com os Ministérios Públicos do Estado. Por quê? Até por uma disposição normativa. Os órgãos de garantia de direito e ao mesmo tempo de fiscalização do Poder Executivo e até mesmo das condições de controle das decisões judiciais sobre direitos de infância e juventude são os promotores da infância. Então, mantemos um contato com essa rede.

Também temos um parceiro, que talvez ainda não tenha sido muito compreendido sob o ponto de vista da exploração sexual de crianças, que é o Ministério Público do Trabalho. Eu não sei se as Deputadas já obtiveram um contato com o Ministério Público do Trabalho, mas o Brasil ratificou, entre muitos protocolos de direitos de infância, a Resolução nº 182 da OIT, que prevê com uma das piores formas de exploração infantil a exploração sexual. Então, o Ministério Público do Trabalho também desenvolve ações voltadas a isso. Eu dou o exemplo de um caso que nós acompanhamos no meio do ano. O Ministério Público em Campinas e na



região de Ribeirão Preto já buscava fiscalizações afetas a atividades de agronegócio, onde existia uma exploração sexual de pessoas, e aí, surpreendentemente, também casos envolvendo a questão de meninos estrangeiros em situação de exploração do futebol.

Então, tanto em Campinas havia meninos coreanos como em Ribeirão Preto havia paquistaneses e chineses que foram identificados pelo Ministério Público do Trabalho numa situação de exploração dos direitos da infância e de perigo da exploração sexual, porque, em depoimentos e análises de casos, a questão da exploração dos meninos no futebol por muitas vezes está ligada ao abuso sexual ou à exploração sexual. Isso não se revela, isso não se fala, mas infelizmente é uma realidade. Então, temos os olhos voltados para toda essa malha de problemas e de articulações que nós promovemos.

Para além dessa questão da articulação, apenas para identificar, os comitês regionais que temos reúnem instâncias do poder público e da sociedade civil. O diálogo é exatamente de voltar-se à capacitação dessas pessoas, à difusão dessas pessoas que estão na ponta e que trabalham, que têm competência originária para cuidar dessas questões, para que compreendam o tráfico, para que não se confundam, por exemplo, temas que são muito sensíveis: migração, refúgio e tráfico. São três coisas absolutamente distintas, mas que, eventualmente, podem vir a se cruzar. Então, é importante que de repente a CPI também desenvolva esse olhar crítico na construção do conceito jurídico dessas três dimensões que afetam o ser humano, eventualmente, numa situação de exploração.

Nós buscamos desenvolver isso na cidade — estamos num diálogo — de São Paulo. Vou tentar enunciá-los: São Paulo, Sorocaba, Campinas, Bauru, Marília, Ribeirão Preto, Presidente Prudente, São João da Boa Vista, Registro, Santos, São José do Rio Preto, Guarulhos... Campinas eu já falei? Então, Araçatuba não... Temos contato em Araraquara e o último é São José dos Campos. Então, nós temos uma capilaridade que visa exatamente fazer com que não sejam as mãos do Estado apenas. A infância e a juventude, a política, pela própria Constituição Federal, são de responsabilidade de todos. Então, não basta o Estado. É necessário, principalmente, afetar as instâncias na ponta, até porque temos uma dificuldade muito séria quando falamos de infância no tráfico de pessoas... E isso, por exemplo,



como a Dra. Eloísa disse, foi debatido numa reunião quando ficamos uma semana em Brasília, na reunião dos núcleos e dos postos de tráfico de pessoas, falando as dificuldades que temos, primeiro, de ter uma mobilização federal por conta da Secretaria de Direitos Humanos, para que sejam fortalecidas as políticas de infância e juventude, porque a gestão é da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Não temos ainda essa mobilização.

Somada a isso, nós temos uma política absolutamente municipalizada. Diretrizes de garantia de infância e juventude, sob o ponto de vista de orçamento, infelizmente... Quando eu digo infelizmente é sob o ponto de vista de nós ainda não termos uma homogeneidade disso. É municipal: cada Município, pelo seu Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, é quem vai pautar a forma desde como o Conselho Tutelar trabalha até a própria aplicabilidade de orçamento. Então, é um desafio articular tudo isso, mas nós mantemos esse contato.

As Deputadas chegaram a indagar sobre a questão dos equipamentos. Temos o fortalecimento das políticas do CRAVI, que é um equipamento com que estamos buscando manter sempre contato — existe uma equipe multidisciplinar, psicossocial voltada a esse atendimento. E, mais do que isso, o CRAVI também é uma instância da Secretaria da Justiça que tem o mapeamento de toda essa parte de rede de acolhimento. Então, temos essa parceria entre o Núcleo e o CRAVI, para que se possa manter o encaminhamento dos casos às instâncias de cuidado e de atenção de infância.

Sobre os comentários afetos às questões de entrada de meninas estrangeiras no Brasil e também do trânsito interno de crianças e de adolescentes, isso também é pauta constante dessas reuniões e desses contatos que nós mantemos com a chamada Rede de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Nós temos núcleos e postos no Estado do Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Maranhão, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul. Nós, São Paulo, mantemos contato com todos eles.

Quais são as dificuldades que vemos, como a Dra. Eloísa disse? Não existe uma atenção de cuidado da infância e juventude nos Estados de origem, seja sob o ponto de vista da existência dos conflitos intrafamiliares, seja sob o ponto de vista da



existência, ou inexistência, muitas vezes, de políticas de garantia do direito da infância e juventude. Estou falando de tráfico interno.

Dos casos que atendemos, as travestis, as meninas que, na sua construção de identidade sexual, buscam migrar para São Paulo, porque, ainda com as mazelas que elas vivem, São Paulo ainda tem uma oportunidade... Eu estive, há quase 1 mês, no Pará. É uma oportunidade. É porque é dessa forma que essas meninas sobrevivem. Eu estive há 1 mês no Pará, e o depoimento que vi das políticas locais são absolutamente preocupantes.

Então, pensar em infância e juventude... A Deputada Erika Kokay me perdoe. Há pouco, no início de sua fala, ela falou da visão do adulto sobre a criança. Ou seja, eu não a vejo como sujeita de direitos, sou eu que imponho a ela uma política de direitos, e a lógica é ao contrário.

Quando se fala em identidade de gênero — e isso eu disse numa reunião de uma rede em que havia representantes do Estado todo do Pará —, é necessário construir políticas públicas, por exemplo, de identidade de gênero no Pará. São Paulo tem essas políticas públicas, o Pará não tem. A tendência é que essas adolescentes, enfraquecidas nos seus direitos, migrem para o lugar, seja de sonho, seja de oportunidade. O que elas não podem fazer e não farão, porque são seres humanos, é talvez ficarem na inércia, porque são adolescentes, porque estão ali com a vida cheia de influências.

Então, essa é a importância de se fortalecer as políticas locais. São Paulo tem políticas locais fortes. Porém, infelizmente, ainda precisamos dinamizar um fortalecimento das políticas no local de origem. Essas meninas precisam viver, conviver e construir vínculos familiares, seja com a família direta, consanguínea, ou com a sua família por extensão, sua família afetiva.

Com relação ao tráfico internacional, na sexta-feira passada, para finalizar a reunião que houve dos Núcleos no Brasil, no Ministério da Justiça, foi lançado o relatório da pesquisa de fronteiras, a ENAFRON, desenvolvida pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Nacional de Justiça.

Além dessa pesquisa de fronteira, existem duas pesquisas, uma desenvolvida pelo IBISS, que é uma instituição não governamental do Estado do Mato Grosso presidida pela expoente na questão da política de direito de infância e de mulher, a



Estela Scandola — isso é acessível e, se as senhoras quiserem, também posso repassar essa pesquisa —, e outra desenvolvida, em São Paulo, em áreas de fronteira, no Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul, pela ASBRAD, que é uma instituição parceira da Secretaria da Justiça, membro do nosso comitê estadual, que neste ano e no ano passado já recebeu vários prêmios — o Ministério da Justiça, neste ano, deu a ela um prêmio de instituição que cuida do interesse.

A SRA. ELOISA SOUSA ARRUDA - Por causa da Taquigrafia, fale as duas siglas devagar, para eles poderem anotar.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - ASBRAD, com D mudo.

A SRA. ELOISA SOUSA ARRUDA - E a outra?

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - O IBISS: I, B, I, S, S.

A ASBRAD desenvolveu uma pesquisa, em 2010, em razão de edital da Secretaria de Direitos Humanos. Nessa pesquisa, só foi publicada sua metodologia, o seu conteúdo não foi publicado. Como é uma pesquisa que está sigilosa — a Secretaria de Direitos Humanos a mantém sigilosa —, as informações que temos de reuniões públicas, informações dadas pelos próprios pesquisadores, são de uma devastação das áreas de fronteira. O Governo Federal não está atento às áreas de fronteira.

Nós temos problemas de denúncia. Isso eu ouvi tanto dos pesquisadores na pesquisa feita sexta-feira e publicada no Ministério da Justiça, como eu ouvi dos pesquisadores que desenvolveram os assuntos afetos ao IBISS e dos pesquisadores que desenvolveram a pesquisa da ASBRAD, em reuniões públicas. Então, eu não ouvi isso em nenhum outro lugar, senão em reunião pública. Estamos falando de enfraquecimento das políticas locais, como Conselhos Tutelares, Secretarias de Saúde, Secretarias que cuidam de direitos da infância, envolvimento do Exército, das Forças Armadas numa ação que, infelizmente, não é fortalecida e, às vezes, até mesmo drasticamente interpretada favoravelmente àqueles que traficam e exploram meninas indígenas, meninas pequenas.

Quando temos um trânsito de pessoas para dentro do Brasil ou para fora do Brasil — e São Paulo, às vezes, pode vir a ser, sim, e é, um local de trânsito dessas pessoas, até porque é um Estado que tem uma dinâmica internacional de aeroportos —, estamos falando da necessidade de fortalecimento de fronteiras, de políticas



efetivas da Polícia Federal, não de controle migratório, mas, sim, de controle e segurança daquele que migra ou daquele que vai entrar no Brasil, portanto daquele que vai para fora do Brasil ou daquele que vem para dentro do Brasil. Temos que trabalhar com essas dificuldades aqui.

Então, o Núcleo busca manter diálogo com a Polícia Federal, em Brasília, para termos respostas efetivas dos casos que nos são comunicados. Buscamos trabalhar com esses outros Núcleos que estão em pontos de fronteira e para onde eventualmente a pessoa se encaminha. A nossa proposta de articulação é nesse sentido.

Só para finalizar, gostaria apenas de chamar a atenção para uma coisa muito importante. Eu já havia entrado em contato com o representante da CPI, e o nosso representante Parlamentar também havia feito esse contato, e eu vi que o Deputado Arnaldo Jordy é membro da CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Isso, da de Tráfico de Pessoas.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - E é membro desta CPI também, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu também sou membro da CPI do Tráfico. Por isso, eu vou pedir essa denúncia dos meninos no futebol, para que nós possamos analisar. Se você tiver alguma coisa, passe para nós, por favor.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Teremos o prazer de passar todos os casos, passar os contatos dos Ministérios Públicos, para que V.Exas. possam entrar em contato e compreender um pouco mais essa temática.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim, por favor.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Eu levanto uma questão importante que é: colaboramos não foi uma, não foram duas, foram mais de três vezes em sessões da CPI do Tráfico de Pessoas, em Brasília e em São Paulo. Repassamos para o Deputado Arnaldo Jordy uma série de diretrizes, até sob o ponto de vista da necessidade de revisão normativa...

Com todo respeito, entendo que, como representantes do Poder Legislativo... As questões de natureza orçamentária e eventualmente os desgastes existentes na legislação hoje vigente, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, por



exemplo, que prevê a liberdade de trânsito de adolescentes sem nenhum tipo de controle ou segurança... Isso é a subversão da lógica da proteção integral da criança e do adolescente. Ou, então, questões como, por exemplo, a legalização do trabalho infantil em trabalho doméstico. Isso tudo está na lei, e eu acho que precisa ser revisto. Isso tudo já foi passado para o Deputado Arnaldo Jordy. Gostaria até de ressaltar a importância de obterem um cruzamento de informação entre os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Vocês têm sugestões para aprimorar o ECA?

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Não tenho dúvida, tenho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Eu queria que você passasse para nós.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Sim. Será uma honra e uma oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Há sugestões para aprimorarem o ECA?

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Sim, há sugestões para aprimorarem o ECA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Eu gostaria que você as passasse para a CPI, porque são de extrema importância as sugestões.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Sim. Não só o ECA, mas também a importância de... É uma mudança e, por outro lado, uma necessidade também, um olhar de compreender que, em diferentes instâncias normativas, pode existir uma afetação direta aos direitos da infância e da juventude. Então, o ECA não é a única fonte. Ele talvez seja a principal fonte, mas nós temos portarias da Secretaria de Direitos Humanos que às vezes não contemplam políticas públicas, nós temos diretrizes do Ministério de Desenvolvimento Social e do da Saúde. É necessário compreender a proteção da infância em sua completude, e o ECA com certeza é uma referência, mas existem outras questões que precisam ser também vistas.

Bem, espero ter, de alguma maneira, esclarecido dúvidas sobre a nossa atuação. Estou à disposição para quaisquer outras perguntas.

Obrigada.



A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Vou passar às mãos da Comissão um estudo que foi realizado aqui no âmbito da Secretaria da Justiça: Estudo de Viabilidade das Recomendações para Enfrentamento da Violência contra Criança e Adolescente.

Nós partimos de alguns aspectos conceituais, o que significa estupro, estupro de vulnerável, violência sexual e abuso sexual — são conceitos jurídicos —, pedofilia também, exploração sexual comercial e assédio sexual. São alguns conceitos jurídicos, outros não, não é? O histórico de enfrentamento à violência no Estado de São Paulo, a metodologia do estudo desse grupo de trabalho que nós aqui constituímos e a breve apresentação das ações já realizadas pelo Governo do Estado de São Paulo, não é? Além disso, nós fizemos uma análise das propostas que foram apresentadas pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Na verdade, o objetivo desse estudo era se prestar à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, mas, então, vamos encaminhar à Câmara dos Deputados. É o mesmo estudo. Só pedi para providenciar um ofício, mas desde logo eu passo às mãos da Comissão, tá?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada, doutora.

Eu quero agradecer os esclarecimentos que foram dados para a nossa CPI. As sugestões serão acatadas. Vamos estudar, porque nós trabalhamos também na questão de ter um novo olhar para as crianças que são vítimas de exploração sexual e de abuso também.

A Dra. Maria de Lourdes Rachid estava falando sobre o abuso. Ela está muito preocupada com o abuso intrafamiliar, outra questão que é muito forte em todo o Brasil. Os números são altíssimos. Principalmente o padrasto está em primeiro lugar, em segundo, o pai. Isso aí na avaliação que nós estamos fazendo pelo Brasil. Aqui é diferente: aqui é o pai em primeiro lugar, o padrasto em segundo, no Estado de São Paulo. Mas, em quase todos os Estados, vem o padrasto, depois o pai e depois outros, tios, primos, avós, vizinhos.

Então, as nossas crianças têm sofrido muito no Brasil. Essa questão de que precisam ser fortalecidas as políticas públicas, sim, e nos Estados. Mas se você não fizer leis e essas leis não forem cumpridas não vai adiantar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Ações.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, tem que ser ações efetivas. Nós temos leis aí, muitas leis. Tem o Estatuto da Criança e do Adolescente que não é respeitado nem é aplicado na sua plenitude. Muitos dirigentes e políticos não sabem nem do que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente e tem críticas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, mas nunca pegou o Estatuto para ler e fazer a interpretação.

Então, na CPI, nós trabalhamos com esse diagnóstico. Nós vamos apresentar, no relatório final, todas as sugestões. Por isso nós perguntamos o que é feito com o fundo estadual, com o fundo municipal, se tem planos de enfrentamento, se tem essas redes, e se as redes se comunicam. Porque não adianta você ter um grupo de trabalho maravilhoso aqui e o Tribunal ter outro, a Prefeitura ter outro, se eles não se comunicam. Se não se comunicam, então não vai adiantar essa rede de proteção à criança e ao adolescente.

Eu só quero agradecer e, não tendo mais nada a tratar, se alguém quiser fazer alguma colocação... Não tendo mais nada a tratar, eu dou por encerrada esta oitiva na Secretaria de Justiça.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Não tem assim um programa de assistentes sociais e psicólogos nas escolas estaduais? Mas dentro da escola, não no SUS, porque diz que não funciona, para mediações de...

A SRA. ELOÍSA DE SOUSA ARRUDA - Sim. Eu acho que isso faz parte desse projeto dos professores mediadores. Isso inclui assistentes sociais, psicólogos, não é? E cada escola conta com equipes de apoio nesses aspectos.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - A Deputada tem um olhar muito sensível e muito sábio quando fala dessa questão da articulação. E aí eu me esqueci e estou vendo a minha anotação aqui da reunião na semana passada, apenas para falar dessa questão de articulação e de envolvimento de todos: o Pacto Federativo, a proteção integral da infância. Então, a Prefeitura teve a ousadia de criar alguns trabalhos que também começaram aqui na Secretaria da Justiça.

Lá eles têm uma Coordenação de Imigração, têm o Comitê Municipal de Trabalho Escravo, isso tudo foi gestado numa articulação da Secretaria de Estado da Justiça. E, nessa reunião da semana passada, nós buscamos fortalecer, levamos uma representante do Município, pedimos que o MJ levasse uma representante do



Município de São Paulo. Já temos isso desenvolvido com uma articulação com o Município de Guarulhos, por conta do aeroporto, e aí vamos esperar que a Secretaria de Direitos Humanos desenvolva isso, mas nós dialogamos e mantemos o diálogo, sim, com o Município, até porque, quando falamos de infância e juventude, o grande ônus, a grande responsabilidade e as grandes mãos de cuidado estão no Município. A ponta é o Município.

Então, a nossa articulação foi a Marina Novaes, a representante que trabalha com o Dr. Sottilli. Ela esteve conosco lá uma semana, conheceu a nossa rede de núcleos e postos. Então, o Estado de São Paulo é o único Estado que mantém essa articulação. Nos comitês regionais, o diálogo com os Municípios é desenvolvido. As meninas ainda estão buscando fazer isso nos outros Estados, mas o Estado de São Paulo é o único que ainda desenvolve, com bastante eficácia, esse diálogo não só com outras instâncias de poder, mas também com outras instâncias de governo, como no caso dos Municípios.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Juliana, isso é verdade. Se não houver diálogo e se elas não trabalharem em conjunto, não se avança. Cada um estará puxando para um lado.

Eu parablenizo o Estado de São Paulo pela Delegacia da Pedofilia e peço aqui também ao Governador que faça uma delegacia de criança vítima, que seria melhor, porque ao tratar da criança na Secretaria da Mulher — são casos específicos e acabam ali pulverizados — não há aquela continuidade.

Então, seria importante haver uma delegacia da criança vítima em São Paulo. Essa é a recomendação que nós queremos deixar aqui para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Bem, não havendo mais nada a tratar, novamente eu dou por encerrada a oitiva na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.